

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TOLEDO/PR

PROCESSO Nº 0005449-58.2021.8.16.0170

BANCO DAYCOVAL S/A, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 62.232.889/0001-90, com sede na Av. Paulista, 1793, Bairro Bela Vista, São Paulo/SP, por seus advogados, vem apresentar

CONTESTAÇÃO

à ação que lhe move **CORNELIO VELOSO BRAGA**, já qualificado no processo, pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos.

1. DOS FATOS

Narra a inicial, que o autor é aposentado do INSS e que, percebeu um crédito em sua conta bancária, no valor de R\$ 2.365,57, referente a um empréstimo consignado registrado sob o nº de contrato 50-8713231/21, formalizado junto ao réu que alega não ter contratado. Requer:

- (i) A tutela de urgência para suspender o desconto mensal do empréstimo;
- (ii) A anulação do contrato de empréstimo;
- (iii) A devolução em dobro dos valores descontados;
- (iv) A indenização por danos morais.

No entanto, conforme documentação anexa, o contrato contra o qual se insurge a inicial foi regularmente firmado, **com a anuência da parte autora**, razão pela qual a ação deve ser



julgada improcedente.

2. MÉRITO

- **DO CONTRATO CELEBRADO**

A parte autora firmou junto ao Banco Daycoval **EMPRÉSTIMO CONSIGNADO** em folha de pagamento, sendo objeto da ação o contrato nº 50-8713231/21, conforme segue:

50-8713231/21

Data: 05/04/2021

Plano: 84 x R\$ 56,97

O contrato foi pago da seguinte forma:

- **R\$ 2.365,57** depositados via TED na conta bancária da parte autora;
- Até a presente data foram realizados 03 (três) descontos em folha de pagamento.

Oportuno esclarecer que o valor integral contratado foi creditado em conta corrente da parte autora, conforme comprovação de TED inclusa com a presente defesa e que o autor não devolveu para o requerido até o presente momento.

Em continuidade, é possível verificar que foi formalizado contrato por escrito e devidamente assinado pelo autor, conforme se demonstrará.

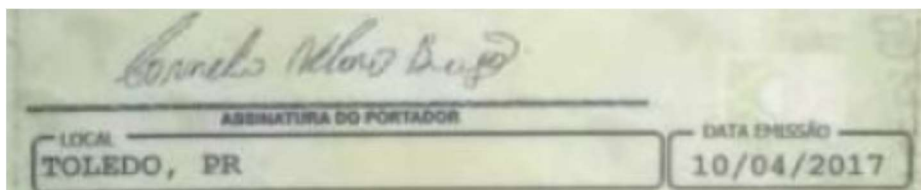
O Banco Réu cumpriu com sua parte no contrato, inexistindo qualquer irregularidade nos documentos firmados, razão pela qual devem ser julgados improcedentes os pedidos formulados pela Autora.




- **DAS PROVAS CONSTANTES NOS AUTOS**

O banco junta aos autos cópia do contrato de empréstimo consignado objeto, firmado entre as partes, com assinaturas IDÊNTICAS ao documento pessoal:

ASSINATURA CNH:

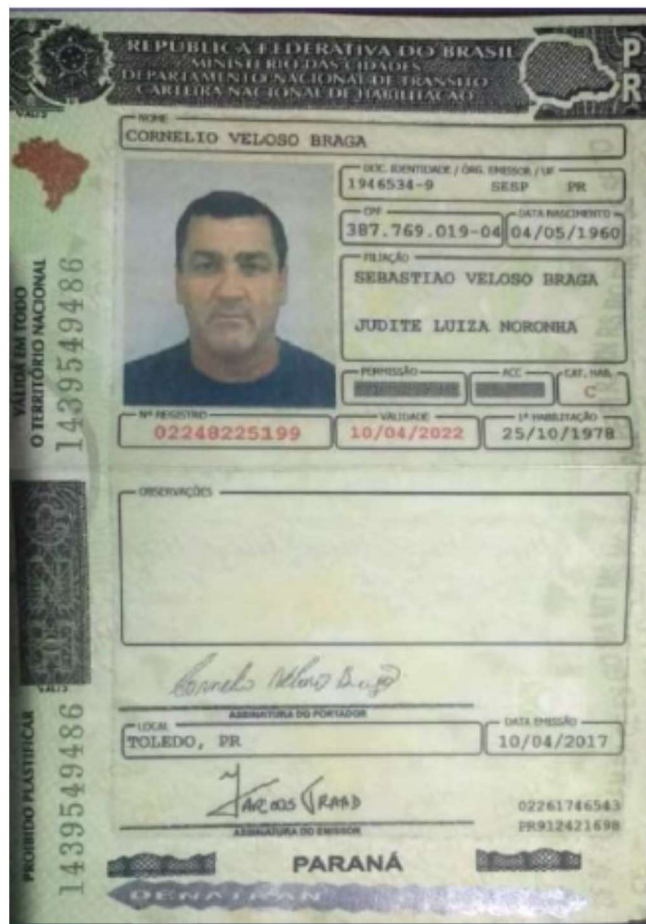


ASSINATURA CONTRATO:

Emitente: Carmelo Nilo Buzo 

Inclusive, o documento pessoal apresentado para celebração do contrato é o mesmo juntado pela parte autora ao ingressar com a presente ação, o que demonstra não estar em posse de terceiros, vejamos:





Logo, não há dúvidas acerca da veracidade da assinatura aposta nos documentos da contratação, eis que **IDÊNTICAS** entre si e sem qualquer indício de que foi fraudada por terceiros.

Assim, conforme expressamente pactuado entre as partes, o valor de **R\$ 2.365,57** foi creditado em conta corrente da parte autora.



Código Mensagem: STR0007 - IF requisita Transferência de IF para conta de cliente

Num. Controle IF: 8655924

ISPB IF Debitada: 62232889 - BANCO DAYCOVAL S.A.

Tipo Pessoa Remetente: J - Pessoa Jurídica

CNPJ ou CPF Remetente: 62232889000190

Nome Remetente: BANCO DAYCOVAL S/A

ISPB IF Creditada: 60746948 - BRADESCO

Agência Creditada: 6720

Tipo Conta Creditada: CC - Conta Corrente

Conta Creditada: 0037273

Tipo Pessoa Creditada: F - Pessoa Física

CNPJ ou CPF Cliente Creditado Titular: 38776901904

Nome Cliente Creditado Titular: CORNELIO VELOSO BRAGA

Valor Lançamento: 2.365,57

Finalidade IF: 40 - Liberação de Operações de Crédito

De mais a mais, o banco requerido apresenta o contrato firmado entre as partes, conforme se verifica abaixo:



BancoDaycoval

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 50-8713231/21
EMPRESTIMO CONSIGNADO Local: RECIFE Data: 05/04/2021

I – Credor: BANCO DAYCOVAL S.A., instituição financeira com sede na Avenida Paulista, nº 1.793, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob n.º 62.232.889/0001-90.			
II – Emissor: CORNELIO VELOSO BRAGA			
E-mail:	CPF: 387.769.019-04	RG: 19465349	Dt de Nasc: 04/05/1960
Endereço: AVENIDA LIBERDADE, 20, - VARZEA	CEP: 50810-460	Cidade: RECIFE	UF: PE
III – Características da Operação:			
a) Valor Principal do Crédito: R\$ 2.439,45	b) IOF: R\$ 73,88	c) Tarifa de Cadastro: R\$ 0,00	d) Juros: R\$ 2.346,03
e) Taxa de Juros Prefixada: 1,7876 % a.m (30d) 23,6909 % a.a (360d)	f) Valor total a pagar com Juros: R\$ 4.785,48	g) Número de parcelas: 84	h) 1º Vencimento até: 10/05/2021
i) Previsão último Vencimento: 10/04/2028	j) Valor de cada parcela: R\$ 56,97	k) Custo Efetivo Total (CET): 1,88% a.m. 25,48% a.a	l) Seguro: () Sim (X) Não Tipo:
m) Valor Líquido: R\$ 2.365,57	n) Desembolso: () Ordem(ns) de pagto. (X) Crédito em c/c beneficiário	o) Nome do Beneficiário: CORNELIO VELOSO BRAGA	
CPF ou CNPJ do Beneficiário: 387.769.019-04		Banco: 237	Agência: 6720
p) Correspondente no País: GFT PROMOTORA DE VENDAS LTDA		CNPJ: 17.278.571/0001-95	
Nome do agente: Julienne Marcelly Amorim		CPF: 063.244.204-26	
IV – Refinanciamento (conforme condições descritas no item III): *			
Saldo devedor total: R\$	Contrato(s) nº(s):		
V – Pagamento a terceiros/Portabilidade:			
Saldo devedor total: R\$	Beneficiário:	Contrato(s) nº(s): N/A	
VI – Desconto: (X) folha de pagamento		Nome do Empregador: INSS	CNPJ: 29.979.036/0001-40

Diante de tais provas, não há dúvidas que a parte autora **FIRMOU** o contrato reclamado e **RECEBEU** os valores que lhe foram disponibilizados, mas que por questões alheias a sua vontade ou, até mesmo por arrependimento devolveu o valor recebido, bem como o autor temerariamente ajuizou a presente demanda.

Excelência, a prova documental juntada aos autos demonstra que não há qualquer irregularidade no negócio jurídico em discussão, razão pela qual o feito deve ser julgado improcedente, com a declaração de legalidade da contratação.

• DA LEGALIDADE DO CONTRATO

Ao contrário do que a parte autora alega, o contrato em tela é lícito, uma vez que tal ato jurídico, de acordo com artigo 104 do CC, possui agentes capazes, objeto lícito, possível, determinado, forma prescrita ou não defesa em lei.



Para a alteração de um contrato, o artigo 138 impõe a necessidade de verificação de ***“declaração da vontade emanada de erro substancial perceptível por pessoa de diligência normal em face das circunstâncias do negócio”***.

No vaso vertente, nunca houve discussão de erro ou de ignorância na inicial. Todas as obrigações sempre foram de pleno conhecimento da parte autora quando contratou.

O artigo 145 prevê a anulabilidade dos negócios jurídicos que tiverem *“causa eivada de dolo”*. No artigo 151 há previsão da *“coação”* como vício contratual. Da mesma forma, nenhum dos corruptores da vontade operou no intelecto dos contratantes ao pactuarem. A parte autora estava livre para pactuar e o fez movida pelo seu ânimo.

O artigo 156 institui novo vício de vontade, intitulado *“estado de perigo, sob o pálio do qual age aquele que premido por necessidade de salvar a si ou alguém de sua família, de grave dano, conhecido pela outra parte, contrata assumindo obrigação que não guarde correspondência com a contrapartida que recebe”*. Não há, sequer, cogitação de tal vício na inicial, quanto menos sua ocorrência no mundo dos fatos.

Na mesma esteira, segue o artigo 157 que prevê a ocorrência da *“lesão”*; tal se constitui *“quando uma pessoa, por premente necessidade ou por inexperiência, obriga-se à prestação que não guarde correspondente contrapartida”*. Também não se aplica ao contrato sub judice. A parte autora contratou com ampla segurança, sabendo de sua contrapartida e assumindo, livremente, suas obrigações.

Tanto a *“fraude contra credores”*, artigo 158, quanto *“invalidade” (nulidade) dos negócios jurídicos*, artigo 166, não tem aplicabilidade ao contrato. Enfim, não há motivo para a revisão do contrato e ao final a sua declaração de nulidade do negócio jurídico.

O Princípio da Boa-fé Objetiva, fundamentado nos artigos 6º, IV, e 51, IV, do CDC, deve ser observado como uma via de *“mão dupla”* em que contratante e contratado devem guardar respeito e fidelidade mútua.



Assim, clara está a inexistência de qualquer abuso por parte do banco réu ao contratar com a parte autora, tendo esta o devido e prévio conhecimento de todas as condições pactuadas.

- **DA REPETIÇÃO DO INDÉBITO**

No que tange ao pedido de repetição de indébito este não poderá prosperar. Na esteira do que já foi repisado até o momento, diante de fatos que demonstram a legalidade do contrato celebrado entre as partes, mostra-se absolutamente sem propósito a pretensão da inicial de pedir a repetição de indébito, com base no parágrafo único do artigo 42 do CDC.

NA HIPÓTESE DOS AUTOS, RESTA EVIDENTE QUE NÃO HAVENDO CULPA, DOLO OU MÁ-FÉ DA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, QUE APENAS CUMPRE COM O CONTRATO CELEBRADO ENTRE AS PARTES, NÃO HÁ FALAR EM DEVOLUÇÃO DE VALORES EM DOBRO.

Ademais, toda e qualquer cobrança efetuada pelo Réu sempre se mostrou amparada pela lei e pelo contrato firmado pela parte.

Saliente-se que o autor sofreu apenas três descontos em seu benefício previdenciário no valor total de R\$ 170,91.

- **DO MERO DISSABOR DO COTIDIANO**

Também relativo ao pedido de indenização por dano moral, este não merece prosperar, pois não houve qualquer conduta ilícita por parte do Banco Daycoval que possa ter abalado a honra do autor. APENAS FORA EFETIVADO 03 DESCONTOS NO BENEFÍCIO DO AUTOR!!!!

Os descontos realizados foram efetivados com base em um negócio jurídico válido.



Ora, inexistindo qualquer desídia do réu, não há que se falar em configuração de dano moral, sob pena de enriquecer de forma ilícita a autora.

É preciso dizer que pelo conceito de dano moral, segundo a doutrina, este consiste como a ideia de violação a direitos personalíssimos, a afronta à dignidade da pessoa humana, bem como a apuração de sensações e emoções negativas tais como a angústia, o sofrimento, a dor, a humilhação, sentimentos estes que **não podem ser confundidos com o mero dissabor, aborrecimento, que fazem parte da normalidade do dia a dia.**

A parte autora não sofreu nenhum risco a sua integridade, e assim tem entendido o STJ em seus julgados, ou seja, tem prestado muito atenção nos fatos antes de condenar as partes ao pagamento de indenização por dano moral, eis que do contrário, o dano moral ficaria banalizado.

Nesse sentido a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

*“É pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido de que os aborrecimentos comuns do dia adia, os meros dissabores normais e próprios do convívio social não são suficientes para originar **danos morais** indenizáveis. Incidência da Súmula 83/STJ (AgRg no AREsp n. 604582 / RJ, rel.Min. Raul Araújo, Quarta Turma, Dje de 7-12-2015).”*

Se qualquer dissabor ou aborrecimento se transforma em dano moral, haveria uma imensidão de ações judiciais.

Também o TJ/SC no julgamento da apelação nº 9251-46.2011.8.24.0282 de relatoria do Des. Sayl Steil em decisão proferida em 07/12/2020 assim decidiu:

“Sendo assim, considerando que as provas trazidas aos autos demonstram que a autora sofreu meros dissabores, aborrecimentos, incômodos, fatos comuns que



qualquer pessoa vivencia quando em situação semelhante, a improcedência do pedido de indenização a título de dano moral, é medida que se impõe, porquanto inexistente o abalo no presente caso.”

Neste sentido, o Judiciário deve ter o controle sobre quando condenar uma parte ao pagamento de dano moral e em relação aos valores das condenações de dano moral, principalmente quando a situação aponta para um mero dissabor.

- **DA INEXISTÊNCIA DE DANO MORAL**

Conforme restou demonstrado, o réu agiu dentro do seu exercício regular de direito, ao efetuar referida cobrança, a qual encontra respaldo na legislação vigente, obedecendo as normas e regulamentos do Banco Central, Código Civil e Código de Defesa do Consumidor.

Não houve, portanto, ato ilícito, mas apenas exercício regular de direito (art. 188, I, CC) do Banco ao descontar as parcelas relativas ao contrato firmado regularmente pelas partes.

Ademais, em momento algum ao longo de sua inicial a parte autora demonstra ter sofrido qualquer constrangimento, ou estar na iminência de sofrê-lo.

Dano moral, notadamente, é aquele que atinge bens personalíssimos da vítima, tais como honra, liberdade, saúde, integridade psicológica, causando-lhe dor, sofrimento, tristeza, vexame e humilhação e que, de forma anormal, interfiram no comportamento psicológico do indivíduo.

Ou seja, o mero aborrecimento, dissabor, mágoa ou irritação estão fora da órbita do dano moral e se trata de aborrecimento da vida diária.

Não obstante, necessária a efetiva comprovação do dano, cabendo a parte que alega produzir a prova do mesmo na forma do artigo 373,



I, do CPC. A PARTE AUTORA SEQUER COMPROVA O SUPOSTO DANO QUE TERIA SOFRIDO.

Não há provas nos autos de que a conduta do banco réu tenha tomado maiores proporções, inexistindo nesta lide elementos que demonstrem que o evento tenha ferido, de forma intensa, a esfera moral da parte autora, ou que tenha causado algo além do mero aborrecimento, apto a ensejar a pretendida reparação.

Portanto, não tendo a parte autora comprovado o efetivo sofrimento de um dano passível de indenização, descabido é o seu pleito indenizatório, sob pena de incentivar a banalização do dano moral.

- **DO QUANTUM INDENIZATÓRIO**

Em atenção ao princípio da eventualidade, ainda que se considere a ocorrência de um suposto dano moral – o que não se acredita –, certo é que este não poderá ser fixado sob os parâmetros pretendidos na inicial, pois a reparação não pode gerar um enriquecimento sem causa de quem a pleiteia.

A fixação de eventual indenização deve respeitar os parâmetros de razoabilidade, sem abusos e exageros.

Deste modo, caso haja fixação em danos morais, o que não se acredita, deve ser levado em conta a extensão do dano, nos termos do art. 944 do Código Civil, *in verbis*:

Art. 944. A indenização mede-se pela extensão do dano.

Parágrafo único. Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, equitativamente, a indenização.

Diante do exposto, no caso de eventual condenação, o que não se acredita, e em atenção ao disposto no artigo 944 do Código Civil, requer que o valor a título de indenização por



danos morais seja fixado de forma justa e equitativa, pautado nos critérios da razoabilidade e proporcionalidade, de modo a evitar o enriquecimento injustificado da parte Autora e a indústria de indenizações que assoberba o Judiciário.

- **DO PEDIDO DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA**

A prova judiciária tem por finalidade convencer o juiz sobre a existência ou inexistência dos fatos controvertidos no processo. As provas são os meios destinados a conseguir tal escopo.

Assim, já veio a se manifestar o Egrégio Superior Tribunal de Justiça, nos seguintes termos:

A chamada inversão do ônus da prova, no Código de Defesa do Consumidor, está no contexto da facilitação da defesa dos direitos do consumidor... Isso quer dizer que não é automática a inversão do ônus da prova. Ela depende de circunstâncias concretas que serão apuradas pelo juiz no contexto da facilitação dos direitos do consumidor.

Portanto, os casos postos a juízo devem ser bem examinados e observadas para verificar a presença dos requisitos necessários que autorizem a inversão do ônus da prova, os quais não estão presentes no caso em tela.

- **DA COMPENSAÇÃO**

Nos termos do que já fora defendido anteriormente, o banco réu cumpriu com o ônus que lhe cabia, disponibilizando os valores em favor da parte autora.

Entretanto, caso Vossa Excelência entenda por dar procedência aos pedidos da parte autora, **o que não se acredita**, necessário se faz a **COMPENSAÇÃO/DEVOLUÇÃO AO BANCO**



RÉU DO VALOR DISPONIBILIZADO A AUTORA NO MONTANTE DE R\$ 1.190,47, DEVIDAMENTE CORRIGIDO E ATUALIZADO.

É o que prevê o artigo 182 do CC:

“Anulado o negócio jurídico, restituir-se-ão as partes ao estado em que antes dele se achavam, e, não sendo possível restitui-las, serão indenizadas com o equivalente”.

3. DA CONCLUSÃO

Considerando que não há qualquer falha na prestação de serviço pelo Banco Daycoval, assim como não há irregularidades na operação firmada entre as partes, o valor foi disponibilizado em favor da parte autora e não há provas a ensejar indenização no valor pleiteado pela parte autora, eis que foram realizados apenas três descontos em folha de pagamento no valor de R\$ 56,97 cada, requer a improcedência da ação, conforme pedidos elencados a seguir.

4. DOS PEDIDOS FINAIS

Ante o exposto, **REQUER** a V. Exa.:

- A)** Seja decretada a **IMPROCEDÊNCIA** de todos os pedidos formulados pela parte autora, ante a regular contratação do empréstimo formulado entre as partes e o recebimento do valor emprestado em sua conta bancária;
- B)** Seja condenada a parte autora ao pagamento das custas e honorários advocatícios;
- C)** O indeferimento do pedido de inversão do ônus da prova;



D) Entretanto, caso vossa excelência entenda por dar procedência aos pedidos da parte autora, **o que não se acredita**, necessário se faz a **compensação/devolução ao banco réu do valor de R\$ 2.365,57 disponibilizado ao autor corrigido e atualizado;**

E) Requer a designação de audiência de instrumento e julgamento para o depoimento pessoal da parte autora;

REQUER, por fim, que todas as intimações e publicações sejam efetuadas, também, em nome do procurador **RONALDO GOIS ALMEIDA, OAB/RS 56.646, OAB/SC 36.689, OAB/PR 69.062, sob pena de nulidade**, na forma do artigo 272, §5º, do CPC.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Porto Alegre, 19 de julho de 2021.

P.p. Ronaldo Gois Almeida
OAB/RS 56.646

